



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR  
Licença Ambiental N°006/2015**

**Licença de Operação de Regularização**

O município de Coronel Pilar, pessoa jurídica de direito público com CNPJ nº: 042150/30001-39, situada na Avenida 25 de Julho, 538, no uso de suas atribuições que lhe conferem a lei que institui o Código Municipal de Meio Ambiente, a Resolução Consema 288/14, expede a presente Licença Ambiental, com base no Projeto e Posicionamento Técnico elaborado pelo profissional MARISA AMBROSI ART/CRBIO-04704/2015 ao protocolo municipal nº 0127\2015, que autoriza:

**EMPREENDEDOR: GIOVANI FOPPA**

**CPF: 734.892.980-04**

**ENDEREÇO: LINHA SÃO JOSÉ S/N**

**MUNICÍPIO: CORONEL PILAR - RS**

**CEP: 95726-000**

Para atividade de : BOVINOCULTURA – LEITEIRA, COM CAPACIDADE MÁXIMA PARA 30 CABEÇAS, EMPREENDIMENTO FORA DE QUALQUER ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP). COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 29161437- 51422383

Localizada LINHA SÃO JOSÉ;- CORONEL PILAR/RS

Com as condições e restrições:

**- Quanto a localização e características das construções:**

A cada remoção do “lote” deverá ser feita uma vistoria no galpão, verificado se não há afundamentos ou rachaduras que possibilitam infiltrações para o lençol freático;

As paredes laterais dos galpões devem ser construídas de modo a evitar o vazamento de resíduos para a parte externa;

As águas de escoamento superficiais deverão ser conduzidas por sistema de drenagem de modos a evitar o arraste de dejetos do galpão;

Deverá implantar composteira para destino dos animais mortos, **no prazo máximo de 90 dias;**

**- Quanto ao manejo dos resíduos:**

Os resíduos não estabilizados (“In Natura”) deverão ser compostados, antes do uso agrícola, por um período mínimo de 90 dias;

Utilizar procedimentos que evitem a propagação de odores, dispersão de poeiras e proliferação de vetores;

Não poderão ser lançados resíduos em nenhum corpo hídrico superficial ou subterrâneo;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR**

Os animais mortos deverão ser destinados à compostagem, por um período mínimo de 120 dias, aonde deverão ser misturadas em camadas sucessivas de cama velha, maravalha nova, animais mortos, cama velha e maravalha nova. **Estas composteiras deverão ser mantidas em condição aeróbica.**

**- Quanto as características da área de aplicação:**

Deverão ser utilizados solos com uma boa drenagem interna, não sujeitos a inundações periódicas;

O lençol freático deverá estar a pelo menos 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;

Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente; Deverão ser adotadas práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com orientação técnica;

As áreas agrícolas receptoras dos dejetos devem situar-se a uma distância mínima de 50 metros dos corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes, das habitações vizinhas das margens das estradas.

**- Quanto as condições da propriedade:**

Conservar as formações vegetais, em torno dos cursos de água, numa distância de no mínimo 50 metros das nascentes, nas áreas com declividade igual ou superior a 45°, topos de morros e outras restrições dos Códigos Florestais Federal, Estadual e Resolução nº 303/02 – CONAMA;

Deverá ser observada a legislação referente ao manejo da mata nativa, e em caso de supressão de parte da mesma, deverá ser atendido o Decreto Estadual nº 38.355, de 01/04/98, com referência à apresentação da “Licença Prévia de Exame de Avaliação de Área Florestal”, emitida pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP;

Deverá adotar medidas técnicas para manter o controle de moscas e de outros vetores, no entorno e no interior das instalações;

Proibir a caça da fauna nativa com exceção das espécies permitidas, nos locais regulamentados e nas épocas autorizadas;

A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos na propriedade deverá ser conforme prescreve o Receituário Agrônomo e/ou Receituário Veterinário;

Não deverá ocorrer queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme Lei Estadual nº 9921/93, art. 11. As embalagens de agrotóxicos deverão ser destinadas aos geradores do produto conforme artigo 6 parágrafo 5 da Lei 7802/89 alterada pela lei 9974/2000;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR**

Armazenar sempre a medicação e local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separada de agrotóxico e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;

Deverá apresentar relatório, incluindo fotos, da implantação da composteira para destino dos animais mortos, no prazo de 90 dias,

O responsável pela assistência técnica do manejo da atividade em questão (podendo ser ART múltipla com outros produtores da região) é o Técnico (a) MARISA AMBROSI ART-CRBIO: 04704/2015.

Com vistas a concessão da renovação desta Licença, o empreendedor deverá apresentar:

Requerimento solicitando a Licença;

Formulário de Licenciamento Ambiental com base no formulário FEPAM, devidamente preenchido;

Cópia desta licença;

Projeto das construções e dos sistemas de manejo dos resíduos e animais mortos atendendo todas as exigências desta licença. Deverá ser descrito o plano operacional para manejo e retirada dos dejetos, incluindo tipo de destino: periodicidade, frequência de retirada, áreas georeferenciadas, previstas para deposição (informando: nome do proprietário, classificação do solo, tipo de cultura onde o resíduo será aplicado); Considerar que os resíduos deverão ser compostados por um período mínimo de 90 dias; Anotação de responsabilidade técnica (ART) pelas informações técnicas, projeto de construções e projeto do sistema de coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos gerados;

Comprovante dos custos de licenciamento ambiental.

**Esta licença é válida pelo período de quatro (4) anos a contar da data de expedição deste documento. Porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR**

A presente licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**Esta licença deverá estar disponível no local na atividade licenciada para efeito de fiscalização.**

**Coronel Pilar, 31 de março de 2015.**

Lourenço Delai  
Prefeito Municipal

Rogétio Migotto  
Responsável pelo licenciamento  
CREA:114.112